



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

DAYANE PATRICIA SILVA FERNANDES

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO PERÍODO DA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA: uma revisão integrativa da literatura**

BELÉM/PA

2026

DAYANE PATRICIA SILVA FERNANDES

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO PERÍODO DA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA:** uma revisão integrativa da literatura

Artigo apresentado como Trabalho de Curso, para
obtenção do grau de Bacharela em Biblioteconomia,
pela Faculdade de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Pará.

Orientador: Prof. Luiz Otavio Maciel da Silva

BELÉM/PA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F363p

Fernandes, Dayane Patrícia Silva

Bibliotecas públicas e a preservação da memória no período da ditadura militar brasileira [recurso eletrônico]: uma revisão integrativa da literatura / Dayane Patrícia Silva Fernandes. – Dados eletrônicos. – 2026.

Orientador: Luiz Otávio Maciel da Silva.

Trabalho de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, Belém, 2026.

1. Biblioteca pública. 2. Região Norte. 3. Ditadura militar. 4. Memória coletiva. I. Título.

CDD 020.7098115

DAYANE PATRICIA SILVA FERNANDES

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO PERÍODO DA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA: uma revisão integrativa da literatura**

Artigo apresentado como Trabalho de Curso, para
obtenção do grau de Bacharel(a) em
Biblioteconomia, pela Faculdade de
Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará.

Data de defesa: 22/07/2026

Banca examinadora:

Prof. Luiz Otavio Maciel da Silva (Orientador)
Mestre em Ciência da Informação pela UFRJ
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros (Membro interno)
Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela UnB
Universidade Federal do Pará

Bibliotecário Rodrigo Oliveira de Paiva (Membro externo)
Doutor em Comunicação, Cultura e Amazônia pela UFPA
Universidade Federal do Pará

AGRADECIMENTO

Iniciar os agradecimentos é a parte mais difícil, mas é também o momento em que um filme começa a passar pela nossa cabeça, relembrando toda a trajetória vivida até este momento final.

Agradeço primeiramente a Deus, que me guiou até aqui e tornou possível o sonho da minha graduação, e a Nossa Senhora, por sua proteção e intercessão constantes em minha vida.

Gostaria de agradecer profundamente aos meus pais, Shirleny e Bruno, por acreditarem no meu sonho pela segunda vez, por me incentivarem a continuar estudando e a buscarem sempre o meu melhor. Vocês serão para sempre o meu maior exemplo de amor, dedicação, abnegação, força e confiança. Sem vocês, eu não seria nem metade da mulher que estou me tornando. Obrigada, mãe e pai. Agradeço também ao meu irmão que, mesmo de longe, torce por mim e me apoia todos os dias. Você sempre será o meu bebê.

Agradeço às minhas amigas Carla, Élide, Suzane, Flávia, Brenda, Cleice, Natália e ao Luiz, por terem dividido todos esses anos de faculdade comigo, por não terem desistido de mim, por me apoiarem em todas as loucuras e por estarem sempre lá quando eu mais precisei. Vocês fizeram esses anos acadêmicos serem leves, divertidos e cheios de momentos incríveis que levarei para o resto da vida. Agradeço também às minhas amigas de escola, Bella, Mimica, Thássila e Ana, que estiveram ao meu lado em momentos importantes, viram-me crescer e me dão muito orgulho. Deixo ainda o meu carinho a três pessoas que entraram na minha vida recentemente: dona Zeffa, Débora e Rayssa. Os dias de trabalho com vocês são muito mais leves e felizes, obrigada.

Quero expressar minha gratidão aos meus professores, não somente aos da graduação, mas a todos os docentes que passaram pela minha vida. Em especial, agradeço à professora Sylvia, melhor professora de redação, que me mostrou que o estudo nos leva longe. Estendo a gratidão aos profissionais que conheci na Biblioteconomia, que me fizeram admirar ainda mais esse universo através de sua dedicação.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu estimado orientador, que aceitou o convite de participar dessa loucura que foi escrever este trabalho. Muito obrigada por não desistir de mim, mesmo quando a caminhada parecia difícil. O meu mais sincero obrigada.

Assim, encerra-se um capítulo e começa um novo ciclo. Espero continuar cercada de pessoas incríveis em minha vida para ter sempre a quem agradecer. Obrigada a todos e até a próxima!

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: uma revisão integrativa da literatura.¹

Dayane Patricia Silva Fernandes²

Luiz Otavio Maciel da Silva³

RESUMO: Este estudo analisou, por meio da literatura especializada, como as bibliotecas públicas atuaram na preservação da memória durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), identificando as lacunas historiográficas relativas à Região Norte do Brasil. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, foi desenvolvida por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), utilizando bases como BRAPCI, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, no período de janeiro a junho de 2026. Os resultados evidenciam que as bibliotecas públicas, apesar de submetidas exerceram um grande impacto na sociedade e foram símbolos de resistência para os mecanismos de controle e censura institucional. Identificou-se que o bibliotecário, enquanto mediador da informação, enfrentou dilemas éticos entre a imposição estatal e o compromisso deontológico com o livre acesso ao conhecimento. Conclui-se que, mesmo em um contexto de repressão, às bibliotecas públicas nortistas se configuraram como espaços de resistência e preservação da identidade cultural, contribuindo para a continuidade histórica e para a formação crítica da sociedade.

Palavras-chave: biblioteca pública; ditadura militar; Região Norte; censura; memória coletiva.

PUBLIC LIBRARIES AND THE PRESERVATION OF MEMORY DURING THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP: An Integrative Literature Review.

ABSTRACT: This study analyzed, through specialized literature, how public libraries acted in preserving memory during the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985), identifying historiographical gaps related to the Northern Region of Brazil. The research, of a qualitative and exploratory nature, was developed through an Integrative Literature Review (ILR), using databases such as BRAPCI, Google Scholar, and the CAPES Periodicals Portal, from January to June 2026. The results show that public libraries, despite being subjected to these mechanisms, exerted a great impact on society and were symbols of resistance to institutional control and censorship. It was identified that the librarian, as a mediator of information, faced ethical dilemmas between state imposition and the deontological commitment to free access to knowledge. It can be concluded that, even in a context of repression, public libraries in the North of Brazil were configured as spaces of resistance and preservation of cultural identity, contributing to historical continuity and the critical formation of society.

Keywords: public library; military dictatorship; Northern Brazil; censorship; collective memory.

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Curso (TC), da Faculdade de Biblioteconomia (FABIB), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Aluno(a) do curso de Biblioteconomia, FABIB/UFPA.

³ Professor Orientador do TC.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, por muitos anos, informações foram perdidas, distorcidas ou censuradas. O fluxo de disseminação do conhecimento no país foi prejudicado por décadas em que a repressão marcou a trajetória nacional e evidenciou a urgência do livro como instrumento para a construção do pensamento crítico. Nesse viés, a construção da identidade de uma sociedade inicia-se quando os conhecimentos de sua história são preservados (Altmayer, 2017). O acesso da comunidade a toda e qualquer informação, a liberdade de opinião e de se expressar livremente é um privilégio instituído tanto pela Declaração dos Direitos Humanos, quanto previsto por lei na Constituição Federal de 1988 e pelo código de Ética e Deontologia do Bibliotecário (Viana; Muriel-Torrado; Prado, 2024).

Partindo dessa premissa, ao analisar a história brasileira nos períodos do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Militar (1964-1985), percebe-se a vigência de regimes políticos rígidos, pautados pelo totalitarismo e por práticas antidemocráticas (Viana; Muriel-Torrado; Prado, 2024). Portanto, tais períodos geraram efeitos profundos, a exemplo da censura, que limitava a liberdade intelectual e reprimia aqueles que se opunham ao governo.

Apesar de ser combatida por gerações, a censura ainda persiste nos dias atuais e as bibliotecas ainda sofrem com seus livros sendo retirados das estantes diariamente. Segundo a *American Library Association* (ALA), entre junho e setembro de 2021, seu Escritório de Liberdade Intelectual (*Office of Intellectual Freedom*, OIF) registrou 155 incidentes relacionados à proibição, interdição e remoção de livros em bibliotecas ao redor do mundo (ALA, 2022). Diante desse cenário, observa-se que a censura utiliza mecanismos de controle social e permite a operação da disseminação de informações falsas ou incompletas, o que torna capaz que um determinado Estado ou grupo de poder consiga moldar a percepção coletiva conforme seus interesses.

Sendo assim, Cordeiro (2024), discute que o processo de censura precede, inclusive, a consolidação das bibliotecas como espaços abertos e igualitários, sendo assim, restringir ou omitir o acesso do usuário à informação é uma prática que apaga histórias essenciais para a construção da memória coletiva. Com isso, as Bibliotecas Públicas desempenharam um papel central na preservação de direitos e na salvaguarda da memória social. Logo, a manipulação conveniente dos dados pelo Estado cria uma sociedade sem memória, ou com uma memória distorcida dos fatos, rompendo a continuidade histórica e provocando a perda de culturas e saberes.

Nesse cenário, a criação das bibliotecas, a exemplo da pública no Brasil, auxilia o país a construir uma narrativa de desenvolvimento da cultura, com o intuito de formar cidadãos leitores e disseminar informação e auxiliar na construção da memória coletiva da sociedade, mesmo que os problemas sociais não sejam extintos (Freitas; Silva, 2014). Desse modo, o espaço que por muitos anos foi visto como local de depósito de livros ou lugar de guarda possui um reconhecido espaço de conhecimento e de disseminação da informação, o que torna as Bibliotecas Públicas uma importante ferramenta de preservação dentro do ambiente ao qual está inserida.

Diante dessa conjuntura, a presente pesquisa apresenta como questão norteadora “Como a literatura especializada da Ciência da Informação aborda os mecanismos de controle, censura e preservação da memória em bibliotecas públicas durante o Regime Civil-Militar brasileiro, e de que modo a produção científica retrata a realidade da Região Norte?” Além disso, traz como objetivo geral “Analisar, por meio da literatura especializada, como as bibliotecas públicas atuaram na preservação da memória durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), identificando as lacunas historiográficas relativas à Região Norte do Brasil” como objetivos específicos a pesquisa visa: “Mapear na literatura científica as formas de atuação, censura e resistência técnica em bibliotecas públicas brasileiras durante o período ditatorial”; “Discutir o papel do bibliotecário como agente político na preservação da memória e no combate ao mito da neutralidade técnica”; “Evidenciar a ausência de registros científicos sobre a atuação das bibliotecas públicas da Região Norte no corpus pesquisado, discutindo esse hiato como uma dimensão do apagamento historiográfico regional”.

Vale ressaltar que a busca por produções focadas na Região Norte revelou a inexistência de artigos científicos que contemplem especificamente as bibliotecas públicas amazônicas no período ditatorial. Tal constatação ergue-se como o principal resultado desta revisão integrativa, demonstrando que a trajetória das bibliotecas do Norte permanece invisibilizada pela literatura da área e demandando, por conseguinte, a articulação de um aporte teórico nacional para compreender essa dinâmica regional.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de entender os mecanismos de controle e apagamento histórico em bibliotecas públicas da Região Norte durante a Ditadura Militar, um território marcado pelas singularidades da disseminação da informação. Outrossim, o estudo se mostra importante e justificasse tanto socialmente, ao discutir como a censura coloca em risco a formação do pensamento crítico e a memória coletiva, quanto profissionalmente, ao verificar a resistência institucional e a atuação política do bibliotecário como responsável do direito à

informação, combatendo a visão desatualizada da biblioteca como um mero depósito de livro e do bibliotecário como um agente neutro para a disseminação da informação.

2 CONCEITUANDO CENSURA E INTERDIÇÃO NO FLUXO DA INFORMAÇÃO

A censura é um fenômeno que acompanha a história da humanidade, sendo corriqueiramente utilizada como ferramenta de repressão e controle da informação e do pensamento. A palavra "censura" tem origem no latim *censere*, que remete ao ato de avaliar ou julgar. Na Roma Antiga, o termo "censor" era utilizado para designar os juristas responsáveis pelo censo populacional e pela vigilância dos costumes. Esses indivíduos, que detinham grande poder na sociedade, eram frequentemente vistos como tiranos, pois tinham a autoridade para julgar o acesso de certos cidadãos a determinados locais e até mesmo investigar a vida moral e familiar das pessoas, além de influenciar o exercício das atividades políticas (Vergueiro, 1987).

Hodiernamente, a censura se refere ao ato ou efeito de proibir, reprimir não apenas documentos, mas também qualquer tipo de informação disponível, que não pode ser passada adiante e que seja vista como prejudicial ou perigosa a um governo ou grupo de poder (Viana; Muriel-Torrado; Prado, 2024). Historicamente, a religião foi um dos primeiros alvos desse controle, a Igreja Católica por exemplo impôs severas restrições ao acesso à informação, destacando-se a criação do *Index Librorum Prohibitorum*, uma lista de obras proibidas que limitava a circulação do conhecimento (Vergueiro, 1987). Na época, no contexto social e das bibliotecas, tais restrições impactaram significativamente as construções de acervos e a disponibilidade de informação para a população.

O cerceamento se compara a uma forma de eliminar ideias e comportamentos, mesmo que isso ocorra de forma disfarçada de “orientação” e “refinamento cultural”, com o pretexto de refinar uma determinada cultura. Neste sentido, caracteriza-se como uma prática autoritária, típica de regimes totalitários e antidemocráticos que buscam a opressão da liberdade intelectual (Silveira; Andretta, 2023; Viana; Muriel-Torrado; Prado, 2024).

No universo da Biblioteconomia, a censura e a interdição do fluxo informacional transcendem a esfera ideológica para tornarem-se obstáculos físicos e administrativos na gestão de Unidades de Informação (UI). Quando transportada para a realidade das Bibliotecas Públicas, essa prática rompe com o princípio da universalidade do acesso, transformando o que deveria ser um centro de disseminação do saber em um espaço de silenciamento e seleção excludente (Martins; Barradas, 2023), tal (o rompimento da universalidade ao acesso) se torna

evidente em especial em regiões periféricas ou distantes dos grandes centros de decisão, como a Região Norte do Brasil.

Nessa conjectura, a censura não apenas retira o livro de circulação, mas compromete a função social do bibliotecário e o direito do cidadão à memória e para compreender a amplitude desses impactos, é determinante discernir que essa proibição pode se manifestar sob diferentes facetas e intensidades. Logo, a fim de expandir essa análise, a subseção seguinte detalha os diferentes tipos de censura, permitindo identificar como cada um deles impacta diretamente a formação de coleções e a prestação de serviços em bibliotecas públicas.

2.1 A privação de informação e as tipologias de Censuras

Vergueiro (1989, p. 59) ressalta que a seleção de materiais deve ser organizada em critérios objetivos e técnicos, devidamente formalizados na Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC). Portanto, quando grupos externos ou a própria administração institucional impõem pela retirada de obras, ignora-se que a coleção deve refletir a diversidade da sociedade, e não apenas o ponto de vista de um segmento específico. Com isso, Vergueiro define a existência de três formas principais de censura no ambiente bibliotecário: a legal ou governamental, a pressão individual ou de grupo e a autocensura. Portanto, tais categorias (legais, pressão individual e autocensura) servirão de fundamento para a análise dos estudos selecionados nesta revisão, buscando detectar como esses mecanismos atuam nas instituições da Amazônia.

Complementando essa perspectiva, Salcedo e Costa (2018) estabelecem uma distinção entre o sigilo documental e a censura. Para os autores, enquanto o sigilo possui uma conotação muitas vezes necessária, referindo-se ao segredo, à confidencialidade ou ao zelo pela informação sensível, a censura configura-se como uma ação repressiva. Ela não se limita apenas à atividade documental, estendendo-se a todo e qualquer tipo de informação, seja ela verbal, visual ou auditiva. Dessa forma, para Salcedo e Costa (2018), às práticas de cerceamento podem ser exercidas de três maneiras: explicitamente, por meio de intimidação popular ou governamental, ou de forma velada, viabilizada através de propagandas e da manipulação dos meios de comunicação.

A censura, seja ela prévia ou punitiva, corrompe os critérios técnicos de atualidade e imparcialidade previstos na PDC. No contexto de regimes autoritários, a formação de coleções deixa de ser um processo técnico de seleção para tornar-se um ato de exclusão ideológica. Isso resulta em lacunas históricas profundas, onde o descarte proposital de obras consideradas

"subversivas" gera cronologias incompletas. Para o usuário da biblioteca pública, tal prática significa o acesso a uma história enviesada, onde áreas como Sociologia e Política sofrem um empobrecimento técnico deliberado para validar apenas a narrativa oficial (Vergueiro, 1989, p. 60).

Para além das estantes, a censura atinge diretamente o Serviço de Referência e a circulação de materiais. A autocensura, mencionada por Vergueiro (1989, p. 67), altera a postura do bibliotecário como mediador, pois o clima de vigilância impõe barreiras invisíveis. Muitas vezes, livros que permanecem no acervo são deslocados para "reservas especiais" com acesso restrito, ferindo o princípio da democratização e universalidade de acesso da informação. Esse cenário gera um efeito inibidor no cidadão, que deixa de perceber a biblioteca como um espaço seguro de busca pelo conhecimento, enfraquecendo o vínculo entre a instituição e a comunidade.

Por fim, é imperativo destacar a censura que ocorre por meio da omissão estatal. O corte direcionado de verbas ou o sucateamento proposital de seções específicas configuram uma forma de interdição silenciosa. Ao inviabilizar a manutenção física e a atualização do acervo, o Estado pratica uma "censura por asfixia", onde o silenciamento não é obtido por decreto, mas pela precariedade do serviço oferecido, impossibilitando que a biblioteca pública cumpra seu papel de salvaguarda da memória social, uma vez que a censura pode manifestar-se também de forma implícita, por meio de obstáculos no acesso à informação (Oliveira; Castro, 2017; Vergueiro, 1987). Desse modo, esse fenômeno torna-se ainda mais complexo quando analisado sob a ótica de regimes de exceção, como o período civil-militar brasileiro (1964-1985), foco da análise.

3 A DIMENSÃO POLÍTICO-CULTURAL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A CENSURA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

A história das bibliotecas públicas se inicia ainda em 1811, após a inauguração da Biblioteca do Colégio dos Jesuítas, locais improvisados, acervo desatualizado e composto de doações, instalações precárias e carência de recursos humanos adequados eram as características dessas instituições. O ônus da imagem dessas instituições provocou retraimento do possível público usuário, a imagem passou a ser negativa pelo povo e eram comuns as afirmações de que se tratava de um local de castigo ou para uma pequena elite composta de eruditos. Entretanto, na atualidade, a criação das bibliotecas públicas é vista como uma atividade que se faz necessária para o desenvolvimento da cultura do país (Freitas; Silva, 2014;

Suaíden, 2000, p. 52).

Hodiernamente, as bibliotecas públicas passam a ter objetivos e missões diferentes daqueles aos quais inicialmente foram propostas quando começaram a surgir. Ao longo dos anos elas passam a seguir os preceitos estabelecidos no Manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA)/Unesco e passam a ter por objetivo atender por meio do seu acervo e de seus serviços os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está inserida, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Logo, a Biblioteca Pública é considerada equipamento cultural e, portanto, está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC), além de atender a todos os públicos, em diferentes faixas etárias e com diversas especificidades (Cordeiro, 2024).

Nas bibliotecas a história da censura nasce de fenômenos antigos, remonta desde a destruição das tábuas de argila na Suméria e passa por diversos momentos históricos de repressão ao conhecimento. Durante a Idade Média, a Igreja proibiu a circulação de determinados livros; na China, sob a dinastia Qin, houve a queima de obras consideradas indesejáveis, semelhante a isso, manuscritos maias e astecas foram incinerados durante a colonização europeia. No século XX, a queima de livros na Alemanha nazista e a censura editorial imposta pelo regime civil-militar no Brasil evidenciam a continuidade dessa prática ao longo do tempo. Como destacam Martins e Barradas (2023), esses e outros episódios históricos tiveram como objetivo controlar o conhecimento, restringir a informação e reprimir a liberdade de expressão, impactando diretamente o desenvolvimento intelectual e cultural da sociedade.

No Brasil, a censura nasceu antes que a imprensa, o Correio Brasiliense, primeiro jornal brasileiro, teve que ser impresso na Inglaterra no século XIX, o que evidencia a histórica contradição. A censura, ao lado da violência física e simbólica, participou dos projetos políticos em diferentes momentos da nossa história, desde a instituição da República a censura se fazia presente no país, em alguns anos de forma mais velada e em outros momentos escancarados, como no caso do Estado Novo e da Ditadura Civil-Militar, períodos “mais recentes” da história da nação (Barros, 2022).

A partir das evidências registradas em âmbito nacional, pode-se inferir a hipótese de que a postura política do bibliotecário nesse período manifestou-se tanto na resistência silenciosa, como na manutenção de catálogos paralelos ou na proteção física de obras condenadas, quanto na vulnerabilidade diante da autocensura, evidenciando que a gestão das bibliotecas públicas na Região Norte foi um campo de disputa pelo direito à memória. Dessa forma, Oliveira e Castro (2017) discutem que o bibliotecário não é um agente neutro, sua prática está

intrinsecamente ligada à mediação do conhecimento e à garantia da dignidade humana. Portanto, durante o regime militar, esse profissional viu-se no centro de um conflito ético: de um lado, a pressão estatal pelo expurgo e controle ideológico; de outro, o compromisso deontológico com o livre acesso à informação.

Diante disso, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a biblioteca pública brasileira viveu uma profunda contradição em sua dimensão política e cultural. Conforme apontam Salcedo e Costa (2018), esse período foi marcado por um controle rigoroso que visava não apenas o sigilo documental, mas a própria mediação da informação, transformando bibliotecas em espaços de tensão entre a propagação ideológica oficial e o silenciamento de memórias dissidentes. Logo, a atuação de órgãos repressivos resultou na expurgação de obras consideradas “subversivas”, atingindo desde tratados de filosofia e sociologia até obras literárias que faziam críticas sociais, o que descaracterizou a biblioteca como espaço de fomento à criticidade. Assim, a instituição foi capturada pela estratégia de segurança nacional, justificado muitas vezes pela “Doutrina de Segurança Nacional”, que, focada principalmente na integração e ocupação da Região Norte, sendo utilizada como ferramenta de doutrinação política, o que interrompeu o processo de consolidação da biblioteca como um espaço democrático e plural, tal qual preconizado pelas proclamações internacionais (Barros, 2022).

Portanto, esse cenário evidencia um retrocesso no combate à censura, uma vez que ao restringir ou proibir o acesso do usuário a determinados conteúdos, prejudica-se o desenvolvimento social. Tal prática cerceia a sociedade, limitando-a a aceitar apenas um ponto de vista, o que afeta sua identidade e influencia a construção da memória coletiva. Além disso, a censura distorce o conceito e a ideia do que realmente deveria ser uma biblioteca pública, afastando-a de sua verdadeira função e propósito.

4 MEMÓRIA E SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS: O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA SALVAGUARDA PATRIMONIAL E REGIONAL

A biblioteca pública possui um papel necessário na construção e preservação da memória coletiva de uma sociedade. Sendo considerada um espaço de acesso ao conhecimento e à informação, ela se torna um repositório de documentos, narrativas e registros históricos que ajudam a moldar a identidade cultural de uma sociedade (Cordeiro, 2024). Dessa forma, compreender a centralidade da biblioteca pública na construção da memória coletiva e enfatizar o seu papel na conservação do patrimônio documental, na promoção do acesso à informação e

na formação da consciência histórica é fundamental para a salvaguarda e o resgate da trajetória cultural de uma comunidade.

Desde sua inauguração, a biblioteca pública cumpre uma função central ao preservar documentos históricos, livros, jornais, manuscritos e outros materiais que registram acontecimentos significativos, mas também ao longo dos anos passou a ser considerada um espaço democrático e cultural que atende a toda uma sociedade e preserva seu conhecimento e memória (Freitas, Silva 2014; Altmayer, 2017). Portanto, a literatura e os registros históricos preservados em bibliotecas públicas, principalmente na Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV), umas das maiores bibliotecas públicas da região norte e com um acervo diversificado, participa na preservação da memória paraense e da Região Norte, possibilitando a construção de narrativas que ajudam na compreensão do passado, influenciando o presente e futuro da sociedade.

A memória é um elemento central da sensação de identidade, tanto individual como coletiva, desempenhando um papel relevante na conservação e na coerência de uma pessoa ou grupo em sua reconstrução. Nesse viés, a memória coletiva é um fator integrante do patrimônio cultural da sociedade, assim como a memória individual constitui a identidade do indivíduo. Pode-se dizer que a primeira forma a identidade de um povo, que faz inequívoca a necessidade da sua preservação, inclusive como forma de proteção da sua história (Altmayer, 2017). Desse modo, as bibliotecas públicas configuram-se como espaços precípuos para a conservação da memória coletiva da sociedade nortista. Ao atuar como territórios de socialização e democratização do saber, essas instituições convertem-se em cenários de resistência, assegurando a permanência das narrativas e identidades locais perante a ameaça do esquecimento.

No contexto das bibliotecas, esse fenômeno não é diferente, visto que tais instituições exercem papel determinante na garantia do direito ao conhecimento e, por conseguinte, na edificação da memória coletiva. A relação entre censura e biblioteca manifesta-se tanto no cerceamento de acervos quanto na seleção intencional de obras disponibilizadas ao público, expressando condicionantes políticos, religiosos e ideológicos que perpassam diferentes momentos históricos e repercutem na contemporaneidade (Cordeiro, 2024).

Portanto, as bibliotecas públicas da Região Norte erguem-se como espaços vitais para a construção da memória coletiva e o fortalecimento da identidade cultural e histórica das comunidades locais. Ultrapassando a visão tradicional de meros depósitos ou locais de guarda documental, essas instituições devem ser reconhecidas por sua função de promover a inclusão social e o acesso democrático ao conhecimento, garantindo que a memória permaneça viva e

afirmando a biblioteca como um espaço contínuo de resistência contra as diversas formas de censura e silenciamento.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos. Quanto aos métodos adotados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio da Revisão Integrativa da Literatura (RIL), procedimento que possibilita a síntese e a análise crítica do conhecimento produzido sobre determinada temática (Flor *et al.*, 2021). A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, sendo frequentemente utilizadas para levantar opiniões e atitudes (Gil, 2002).

Sob essa ótica, este estudo investiga os mecanismos de censura e as estratégias de preservação da memória em bibliotecas públicas da Região Norte do Brasil durante o Regime Civil-Militar no país com base na literatura publicada sobre o assunto. O percurso metodológico fundamentou-se em uma pesquisa exploratória de base bibliográfica. Segundo Gil (2002), esse delineamento é estruturante para proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito por meio do aprimoramento de ideias.

Para a delimitação dos artigos desta RIL e formulação da pergunta norteadora, utilizou-se a estratégia do acrônimo PICO (População/Contexto; Intervenção/Fenômeno; Comparação e Outcome/Resultado), adaptada para o contexto das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa ferramenta permite estruturar os elementos centrais do objeto de estudo de forma rigorosa, conforme detalhado no Quadro 1:

Quadro 1 - Estruturação dos elementos da pesquisa por meio da estratégia PICO.

Acrônimo	Definição no Estudo	Elemento Correspondente
P	População / Contexto	Bibliotecas públicas da Região Norte do Brasil
I	Intervenção / Fenômeno	Mecanismos de controle e estratégias de resiliência
C	Comparação	Focado na especificidade regional
O	Outcome / Resultado	Salvaguarda da memória durante o Regime Militar

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A partir do cruzamento desses elementos conceituais, estabeleceu-se a seguinte pergunta de pesquisa: “Quais as evidências presentes na literatura especializada sobre os mecanismos de controle e as estratégias de resiliência de bibliotecas públicas da Região Norte na salvaguarda da memória durante o Regime Militar?”

O estudo se deu por meio de um levantamento na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Google acadêmico e Portal de Periódico da CAPES, utilizando os operadores booleanos AND e OR combinada com os descritores controlados e termos livres. Os resultados desse levantamento foram sistematizados em um quadro (Quadro 2), que apresenta as terminologias empregadas, fornecendo a fundamentação teórica necessária ao desenvolvimento do estudo. A presente pesquisa foi realizada no período de janeiro a junho de 2026, com o intuito de investigar os achados na literatura acerca da importância de preservar a memória e a resistência do bibliotecário e da biblioteca para combater a censura.

Quadro 2 - Estratégia de busca e recuperação de artigos.

Base de Dados	Parâmetros / Filtros Aplicados	Estratégia / Chave de Busca Utilizada	Artigos Encontrados
BRAPCI	• Busca por: Todos os campos • Idioma: Português	(biblioteca* OR "ciência da informação") AND (censura OR controle OR resiliência OR "preservação da memória") AND ("regime militar" OR ditadura OR "região norte")	27 Artigos
Google Acadêmico ¹	• Pesquisa: Geral • Limite: Primeiras 5 páginas • Classificação: Relevância	("Biblioteca Pública" OR "Acervo") AND ("Ditadura" OR "Censura") AND ("Brasil" OR "Norte")	50 Artigos
Portal de periódico da CAPES	• Busca Avançada • Filtro: Artigos revisados por pares • Idioma: Português	(biblioteca* OR "ciência da informação" OR "unidade de informação") AND (censura OR controle OR resiliência OR memória OR preservação OR salvaguarda) AND ("regime militar" OR ditadura OR "região norte" OR amazôn*)	6 Artigos
TOTAL BRUTO			83 Artigos

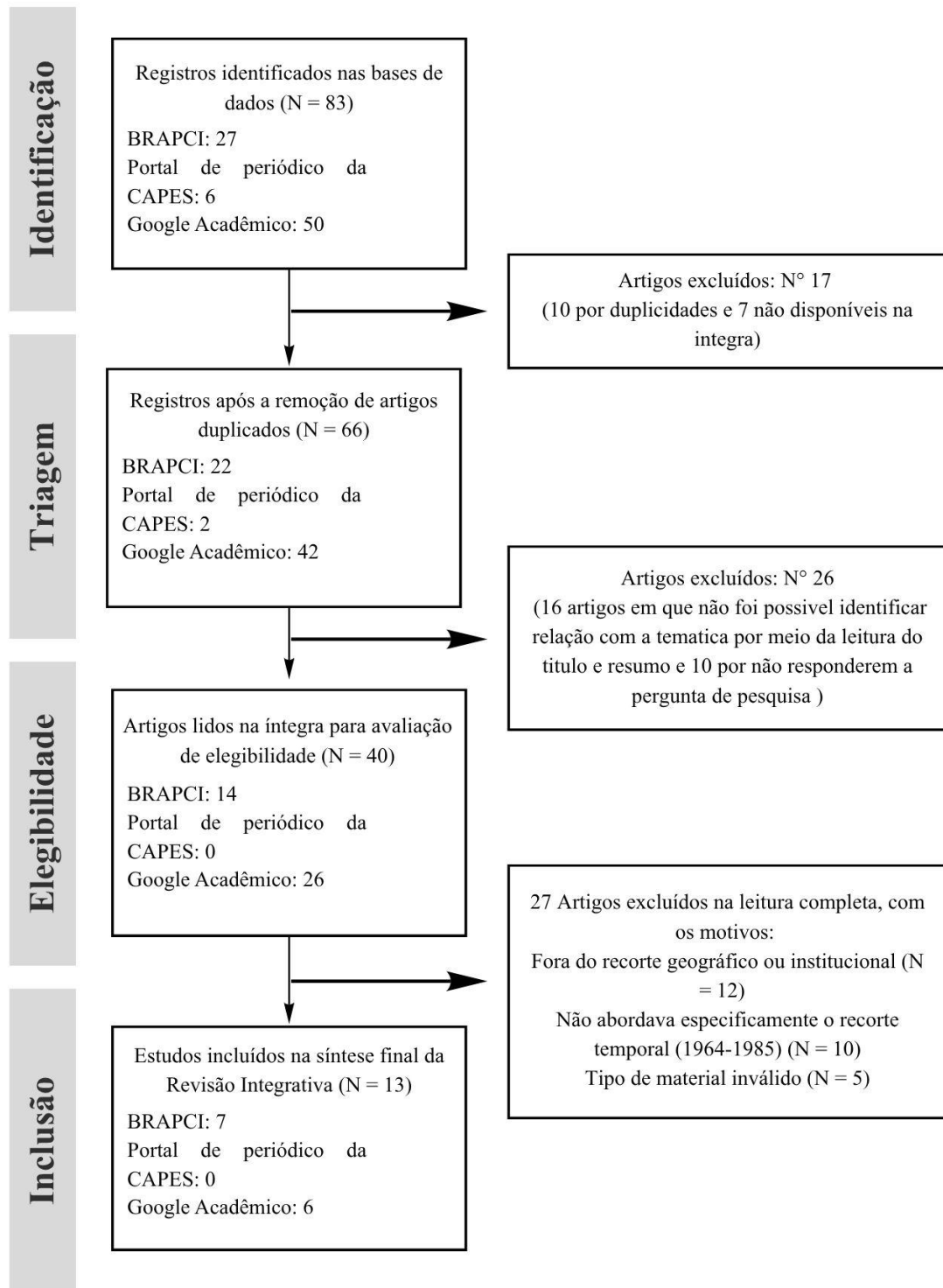
Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Nota: ¹Para a base Google Acadêmico, limitou-se a triagem de leitura de títulos e resumos às primeiras 5 páginas de resultados geradas pelo algoritmo de relevância do buscador.

Após o levantamento inicial, os resultados foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão para a seleção final da pesquisa. Como critérios de inclusão, definiram-se artigos de periódicos científicos publicados em língua portuguesa, disponíveis na íntegra de forma gratuita e que abordassem diretamente as dinâmicas de censura ou as práticas de resistência e salvaguarda da memória durante o Regime Militar. Em contrapartida, foram excluídos: artigos duplicados entre as bases, editoriais, resenhas, notas de jornais, trabalhos que tratassem da ditadura sem focar no universo das bibliotecas públicas e estudos regionais de outras localidades que não permitiam interlocução com o contexto geral do país ou com a fundamentação do tema.

O processo de triagem e seleção sistemática desses estudos foi operacionalizado e registrado por meio de um fluxograma baseado no modelo PRISMA, detalhando o refinamento quantitativo da busca até a obtenção dos artigos finais (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos pelo método PRISMA.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Nesse viés, por se tratar de uma investigação de natureza bibliográfica, do tipo RIL, fundamentada em documentos de domínio público e sem envolvimento direto com seres humanos, este estudo dispensa a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Não obstante, a pesquisa pautou-se nos princípios éticos estabelecidos pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), garantindo o uso responsável das informações e o rigor científico necessário (Brasil, 2012; Brasil, 2016)

Além disso, para o tratamento dos dados, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), que viabilizou a organização das informações em categorias temáticas e a interpretação dos dados obtidos. A aplicação da Análise de Conteúdo foi operacionalizada em três etapas: na pré-análise, realizou-se a leitura flutuante e a seleção definitiva do corpus; na exploração do material, codificaram-se as Unidades de Registro por afinidade semântica, o que permitiu delimitar as duas categorias analíticas do estudo conforme apresentado na **Figura 2**; por fim, no tratamento dos resultados e interpretação, os dados foram submetidos à inferência teórica, articulando as evidências da literatura nacional à problematização sobre a lacuna historiográfica na Região Norte.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa iniciou as buscas nas bases de dados, a partir da combinação dos descritores e termos livres apresentados no Quadro 2 resultando em um total de 83 produções científicas. Após a aplicação das etapas de triagem, elegibilidade e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, conforme detalhado no fluxograma PRISMA apresentado na metodologia (Figura 1), a amostra final desta revisão integrativa foi constituída por 13 artigos.

Para a apresentação e caracterização detalhada dos estudos selecionados, os dados foram organizados em ordem alfabética e codificados de A1 a A13. O Quadro 3 expõe o panorama geral das produções incluídas, destacando a autoria, ano, título e objetivo de cada estudo.

Quadro 3 - Síntese da análise bibliográfica do *corpus* da Revisão Integrativa da Literatura.

ID	Artigo (Autor, Ano)	Título do Estudo	Objetivo do Trabalho
A1	Da Silva Goes, P.; Aparecida Bari, V. A. (2021)	A leitura é um perigo para quem?: censura no período da ditadura militar e seus reflexos na atualidade	“Oferecer um panorama sobre a censura de livros durante a ditadura militar no Brasil, focando em obras com conteúdo políticos, sociais e econômicos que

			divergiam dos ideais do governo da época.”
A2	Lima, M. H. T. F.; Lima, K. P. (2016)	A ordem dos livros censurados: ainda os efeitos de 64 nas coleções de bibliotecas	“Compreender se a seleção de discursos plurais, enquanto dispositivo de poder nas bibliotecas, deveria ser relativizada em função de pressupostos epistemológicos de verdade e correção histórica e refletir sobre os efeitos da censura como dispositivo de apagamento de discursos publicados em livros, interposição na constituição de acervos e restrição do acesso a materiais bibliográficos.”
A3	Hortencio, A. D.; Zafalon, Z. R. (2025)	A presença da ditadura militar no Brasil no campo da Ciência da Informação	“Investigar como a memória da Ditadura Militar no Brasil é preservada e representada no campo da Ciência da Informação.”
A4	Leitão, B. J. M. (2010)	A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão	"Investigar se as bibliotecas públicas no Brasil teriam sido objeto de poder, como foram as espanholas, italianas e portuguesas, durante o período dos regimes totalitários do século XX, uma vez que era tradição o Brasil acompanhar as políticas praticadas por Portugal."
A5	Rocha, L. A.; Pereira Da Costa., M. (2023).	Acervo da vergonha: censura e resistência	“Investigar ações governamentais de censura aos livros durante o Estado Novo (1937-1946), a Ditadura Militar (1964-1985) e o “Brasil Atual” (2016-2022).”
A6	Porto, L. N. S.; Thiesen, I. (2021)	Bibliotecários na resistência à ditadura: entre lembranças e esquecimentos	“Evidenciar e discutir o papel dos estudantes e bibliotecários nas ações de resistência à ditadura de 1964 no Brasil.”
A7	Monsani, D.; Et Al., (2025)	Bibliotecas sem acervo: os movimentos neoconservadores e a perseguição aos livros	“Investigar a relação desses grupos neoconservadores e sua possível reverberação na perseguição de títulos de livros nas bibliotecas nacionais, identificar temáticas mais sujeitas à censura e quais estratégias utilizadas por esses grupos.”
A8	Vergueiro, W. C. S. (1987)	Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros	“Trabalhar mais a fundo a liberdade intelectual dos usuários de bibliotecas e suas implicações nas atividades do profissional bibliotecário.”
A9	Igreja, P. R. (2021)	Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil	“Oferecer uma revisão de literatura acerca da censura bibliográfica nos períodos em questão.”
A10	Veloso, T. P. (2025)	Leituras indigestas: os bibliotecários e a resistência à censura	“Analisar as ações realizadas por instituições bibliotecárias e iniciativas de bibliotecários no combate à censura.”

A11	Porto, L. N. S.; Frota, M. G. C. (2025)	Memória e biografias da resistência na biblioteconomia: documentos e testemunhos	“Analisar as estratégias adotadas, evidenciar as formas de enfrentamento e a atuação política desses profissionais.”
A12	Viana, R. T.; Muriel-Torrado, E.; Prado, J. M. K. do (2024)	Páginas proibidas: censura de livros no Brasil	“Identificar os elementos que constituem os atos de censura de livros no Brasil, a partir de motivações, obras e autorias.”
A13	Salcedo, D.; Costa, L. A. M. (2018)	Rosas de chumbo: da censura ao acesso informacional de documentos sigilosos na ditadura brasileira	“Expor e debater, desde a Biblioteconomia, sobre alguns elementos que caracterizaram o controle e o acesso de informações de documentos sigilosos na ditadura brasileira.”

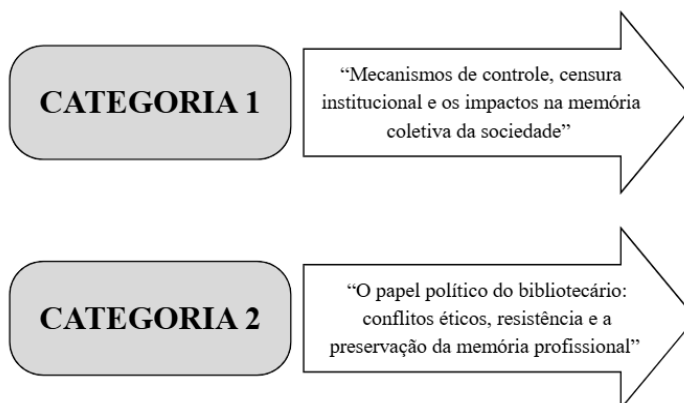
Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Em vista disso, a partir das informações apresentadas no quadro, observou-se que os artigos que foram selecionados nas bases de dados apresentaram contribuições muito significativas para compreender como as bibliotecas públicas da Região Norte serviram de mecanismos de resistência para combater a censura e preservar a memória da sociedade durante o período de repressão política do Regime Civil-Militar de 1964.

Entretanto, cumpre destacar que o repertório documental pesquisado e selecionado revela uma profunda centralização geográfica da memória da Biblioteconomia brasileira, principalmente, no eixo Centro-Sul. Logo, a falta de artigos que relatam especificamente a realidade das bibliotecas públicas da Região Norte referente ao recorte histórico pesquisado, constitui um achado relevante desta pesquisa, mostrando um silenciamento científico sobre a história local que este trabalho busca problematizar por meio de analogias teóricas.

Desse modo, realizou-se a leitura integral dos artigos selecionados, elaborando resumos e a síntese do conteúdo que respondesse à questão de pesquisa e o objetivo do estudo. Os materiais que apresentaram similaridades de conteúdo foram agrupados, reconhecendo duas categorias principais, identificadas na Figura 2, abaixo:

Figura 2 - Divisão das categorias temáticas de discussão



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Dessa forma, as subseções a seguir discutem os principais achados desta pesquisa, evidenciando como as bibliotecas públicas exerceram o seu papel na preservação da memória coletiva durante a Ditadura Militar. Ademais, problematiza-se como a escassez de produções científicas voltadas à Região Norte dificulta uma compreensão mais ampla sobre a identidade histórica da Biblioteconomia e a atuação política do bibliotecário até os dias atuais.

6.1 Mecanismos de controle, censura institucional e os impactos na memória coletiva da sociedade

Em diversos contextos históricos, no decorrer do processo de evolução, a leitura foi controlada, pois a divulgação das ideias e registros do conhecimento poderia emancipar possíveis leitores. Antes do surgimento do livro, ainda no começo da civilização na Antiguidade, a censura já havia nascido (Góes; Bari, 2021). No Brasil não foi diferente, visto que o controle sobre o que se escreve e o que se lê é tão antigo quanto a própria origem da escrita e das línguas. Compreende-se, portanto, que as estratégias para conservar ou suprimir a informação que circula no país variam conforme as mentalidades, culturas e paradigmas de cada período histórico e modo de produção e preservação da memória.

O cenário político brasileiro de meados do século XX foi profundamente marcado pelas tensões da Guerra Fria, o que refletiu diretamente na rejeição da elite e dos militares ao governo de João Goulart, Jango, devido aos seus ideais sociais e reformas de base. Um ano após a transição do parlamentarismo para o presidencialismo, Jango foi destituído do cargo pelas forças armadas, dando início a um regime autoritário que se estendeu por mais de vinte anos. Sob o pretexto de combater princípios comunistas, o novo regime suprimiu direitos individuais, centralizou o bipartidarismo controlado com a instituição do Movimento Democrático

Brasileiro (MDB) e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e institucionalizou a censura por meio de Atos Institucionais (AI), sendo o de mais impacto o AI-5, que comprometeu expressivamente a produção cultural, a imprensa e, de modo muito evidente, a circulação de livros (Góes; Bari 2021).

A partir desse panorama, observa-se que durante o regime militar, os mecanismos de controle sobre a palavra escrita e a leitura deixaram de ser meros atos isolados e converteram-se em ferramentas estratégicas para a manutenção do poder, operando através da restrição ao conhecimento com o intuito de manter a “ordem” do governo em vigor. Sob essa ótica, a censura institucionalizada atingiu seu auge utilizando instrumentos burocráticos e políticos para moldar o pensamento social, se tornando fonte para centralizar a vigilância e aplicar a “legalidade autoritária” (Salcedo; Costa, 2018).

Dessa forma, a censura manifestou-se de diversas formas dentro do regime militar: explícita, amparada por leis; por intimidação, gerando o medo de coerção; e por propaganda, manipulando os meios de comunicação para influenciar a opinião pública. Durante a Ditadura Militar, o Decreto-Lei nº 1.077/70 formalizou a censura prévia a livros e periódicos, justificando a busca e apreensão de exemplares que atentassem contra a “moral e os bons costumes”. Contudo, o impacto mais complexo desse cenário reside no fato de que, além da proibição direta, operam mecanismos de censura técnica e burocrática, nos quais o bibliotecário, muitas vezes por falta de preparo ou sob pressão, realizava a autocensura, retirando obras das estantes ou dificultando o acesso a materiais considerados “perigosos” conforme afirma Leitão (2010).

Outro ponto de discussão é a análise dos dados históricos apresentados por Rocha e Costa (2023) que permitem problematizar o mito da neutralidade científica e técnica na Biblioteconomia. Ao longo do regime militar, o profissional foi pressionado pela violência estatal explícita, que elegia o livro e a circulação da informação como alvo de coerção do regime. Diante disso, os profissionais da época ressignificam os aparatos técnicos de custódia tornando os cofres e caixas-fortes das bibliotecas, pensados inicialmente para a proteção de obras raras ou de grande valor financeiro, passaram a atuar como refúgios políticos para a literatura censurada e para a preservação da memória de uma sociedade.

O fenômeno denominado de “resistência técnica” por Rocha e Costa (2023), revela que o ato de selecionar, processar e guardar não é puramente mecânico, mas um posicionamento em defesa da memória social e que também está previsto no código de ética do profissional bibliotecário. Diversos autores evidenciam que ao ocultar as obras das investidas do Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) e dos censores da Divisão de Censura de

Diversões Públicas (DCDP), principais órgãos de repressão, censura e investigação política durante o Regime Militar, os bibliotecários asseguraram a conexão com a continuidade histórica que o Estado tentava quebrar. Logo, essa preservação material impediu o apagamento do pensamento crítico da época e garantiu que, no período pós-ditadura, o direito à verdade histórica pudesse ser resgatado a partir do próprio documento preservado.

Além disso, o Estado por sua vez atuava de forma contraditório, enquanto o Ministério da Justiça utilizava a violência simbólica e física para interditar obras, órgãos como o Instituto Nacional do Livro (INL) promoviam uma política de coedições que difundiam amplamente nas bibliotecas materiais alinhados à ideologia oficial (Igreja, 2021). Esse processo gerava uma redução do discurso, onde o acesso à informação era filtrado para que apenas a versão estatal dos fatos fosse validada como verdade. Dessa forma, o Estado não apenas proibia o que era considerado "insurgente", mas ocupava o espaço vazio com materiais selecionados que serviam para manter a desinformação da população e a oposição afastada, garantindo a manutenção do seu projeto de poder. Na contemporaneidade, observa-se uma reedição desses ciclos através de movimentos neoconservadores e propostas de taxaço de livros, que buscam limitar o acesso ao conhecimento sob o pretexto de proteger a família ou combater supostas "doutrinações" (Viana, Muriel-Torrado, Prado, 2024).

Estudos como o de Lima e Lima 2016 ainda apontam os efeitos danosos da censura de 1964 nos dias atuais com a prática de omissão e o apagamento de discursos nos acervos atuais. Para as autoras, a biblioteca só será espaço democrático pleno quando a premissa da pluralidade dos discursos estiver na essência de todas as práticas biblioteconômicas e no fazer dos profissionais. Nessa conjuntura, percebe-se como a censura institucional teve um impacto na memória coletiva e o quão profundo e, muitas vezes, irreversível foi esse ato. Nesse viés, a destruição física de livros e o expurgo de acervos representam uma ruptura parcial com o passado, resultando em uma marginalização intelectual do presente que compromete a construção do conhecimento futuro (Igreja, 2021; Salcedo; Costa, 2018). Portanto, quando obras de autores como Karl Marx, Paulo Freire ou Machado de Assis são retiradas de circulação ou rotuladas como parte de um "acervo da vergonha", o Estado impõe um estado de amnésia forçada, dificultando que a sociedade elabore suas feridas históricas e reconheça as violações de direitos humanos cometidas.

Sob esse ângulo, a intervenção e a perseguição a materiais bibliográficos dirigidos por movimentos neoconservadores, como o "Escola sem Partido", provocam um impacto severo na construção da memória social atual, operando como mecanismos de fratura em uma sociedade que já sofreu com a censura em outras ocasiões. Como evidenciado no estudo de Monsani et al.

(2025), os relatos de violências perpetradas durante a ditadura militar de 1964 mostram os principais alvos das investidas censórias no Brasil contemporâneo, exemplificado pelo banimento de obras literárias. Logo, a essa tentativa de institucionalizar o esquecimento e domar o debate crítico, a atuação do bibliotecário revela-se central para a salvaguarda da memória e a resistência profissional. Portanto, as diretrizes éticas que repudiam a censura, o bibliotecário atua como um guardião do patrimônio documental, convertendo o espaço da biblioteca em um ambiente de guarda da verdade histórica e de livre acesso à informação.

Ao analisar os mecanismos de silenciamento e apagamento histórico promovidos por discursos dominantes, amparando-se nas reflexões de Monsani et al. (2025) sobre a perda da memória social, observa-se que o esquecimento não decorre unicamente de atos explícitos de veto ou expurgo de acervos. No contexto da Região Norte do Brasil, esse fenômeno opera também de maneira estrutural, evidenciado pela escassez de produções científicas que documentem as vivências das bibliotecas públicas nortistas durante o regime militar. Essa lacuna historiográfica nas bases de informação consolidadas gera um hiato de memória, no qual as dinâmicas locais, os saberes e as formas de resistência da sociedade amazônica deixam de ser devidamente institucionalizados e integrados ao panorama nacional.

Dessa forma, a escassez de publicações e o gargalo editorial afetam diretamente a construção da identidade e da memória coletiva regional. Quando a história e a informação de uma determinada localidade não são publicadas, validadas ou indexadas, abre-se espaço para que a narrativa sobre o Norte seja construída exclusivamente a partir do olhar externo e centralizador de outras regiões do país.

Logo, a CI e as bibliotecas públicas desempenham um papel social estratégico como guardiãs da memória. A resistência contra o esquecimento institucionalizado passa pela recuperação de documentos sigilosos, como os mediados pela Comissão Nacional da Verdade, e pela preservação de trajetórias de bibliotecários que, desafiando ordens oficiais, salvaram livros da incineração. Somente através da garantia da pluralidade discursiva é que a biblioteca pode deixar de ser um mero instrumento de controle para se tornar um espaço de autonomia e fortalecimento da democracia.

6.2 O papel político do bibliotecário: conflitos éticos, resistência e a preservação da memória profissional

No Brasil, a Ditadura Militar se estende de 1964 a 1985, período caracterizado por profundas reconfigurações sociais e políticas no Brasil. Sustentado pela doutrina de segurança

nacional, o regime se consolidou como um sistema repressivo voltado à supressão de direitos civis, censura à imprensa, perseguição política e eliminação de opositores sob a justificativa de enfrentar a subversão e promover o desenvolvimento. A repressão atingiu a sociedade de maneira profunda e multidimensional, moldando a cultura, a produção intelectual e a memória coletiva do país (Hortencio; Zafalon, 2025).

A eficácia dos mecanismos de controle institucional no Brasil não se limitou à repressão física, mas estruturou-se em uma rede complexa de vigilância. Segundo Porto e Frota (2025), o Sistema Nacional de Informação e Contrainformação (SISNI) infiltrou-se em instituições civis estratégicas, como as universidades, para monitorar opositores e restringir a circulação do conhecimento. Esse aparato foi legitimado por instrumentos jurídicos como o Decreto-Lei nº 1.077/70, que instaurou a censura prévia de livros e periódicos.

Waldomiro Vergueiro (1987) argumenta que a falta de uma tradição de luta contra a censura no Brasil resultou em uma lacuna acadêmica e histórica, deixando muitos profissionais despreparados para enfrentar a repressão institucionalizada. Esse silêncio, muitas vezes interpretado como omissão, foi fruto de um ambiente sistemático de vigilância que se infiltrou inclusive nas universidades por meio das Assessorias de Segurança e Informação (ASIs). Historicamente, a imagem do bibliotecário foi associada a uma neutralidade técnica, sendo muitas vezes visto como um mero "guardião" de acervos e não como um sujeito político. No entanto, esse mito da neutralidade é desafiado pelos registros históricos que mostram como a profissão foi diretamente impactada pelo golpe de 1964, forçando os profissionais a lidarem com o controle estatal sobre o conhecimento.

A história revela que, apesar dos riscos, diversos bibliotecários e estudantes escolheram o caminho da resistência ativa. Durante o regime militar, profissionais como Tânia Mendes utilizaram seu conhecimento técnico em organização da informação para dar suporte estratégico a grupos de oposição, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). Outras, como Maria Liège Rocha, enfrentaram a cassação de suas matrículas e prisões por participarem de movimentos estudantis. Nair Kobashi, que mais tarde se tornaria uma pesquisadora de destaque na Ciência da Informação (CI), suportou a tortura e o cárcere na "Torre das Donzelas". Ilma Noronha também exemplifica essa luta, equilibrando a maternidade na clandestinidade com a militância na resistência armada. No âmbito das práticas biblioteconômicas, uma estratégia recorrente de resistência era o ocultamento físico de livros alvos de busca e apreensão em caixas-fortes, preservando-os para a circulação em períodos democráticos (Porto; Thiesen, 2021).

Portanto, o papel do bibliotecário na sociedade contemporânea se fundamenta na história brasileira, desdobrando-se muito além da mera gestão técnica de suportes documentais.

Este profissional constitui-se como um agente social e político central para a democratização do conhecimento e a salvaguarda dos direitos humanos. Conforme apontado por Hortencio e Zafalon (2025), a Biblioteconomia brasileira foi atravessada pela Doutrina de Segurança Nacional e que durante a ditadura, ressignificou as bibliotecas não como espaços de liberdade, mas como territórios de monitoramento, manipulação e controle ideológico.

Em vista disso, o cerne ético da profissão é testado no tensionamento entre a seleção e a censura em diversos momentos da história da sociedade brasileira. Vergueiro (1987), enfatiza que enquanto a seleção é um ato positivo e construtivo baseado no conhecimento do bibliotecário sobre o perfil de sua comunidade, a censura é um ato negativo que busca proteger o público de ideias "perigosas". Em contextos autoritários, a fronteira entre esses atos torna-se tênue, dando lugar à autocensura, na qual o bibliotecário evita materiais controversos para prevenir retaliações políticas ou religiosas. Entretanto, esse conflito não é exclusivo do passado, Veloso (2025) relata que em meados de 2018-2024 existiu um aumento de repressão ideológicas e ataques a acervos literários como nos casos de obras de Jeferson Tenório e Chico Alencar, exigindo do bibliotecário uma atuação mais firme como um agente social na defesa da liberdade intelectual e não somente como um agente omissor.

Nesse viés, a biblioteca pública desempenha um papel central e estratégico para a preservação da memória e da informação coletiva. Além disso, vale ressaltar que o bibliotecário deixa de ser considerado um profissional neutro e passivo para ser compreendido como um agente político e guardião do conhecimento, adotando uma postura crítica capaz de preservar a memória da sociedade contra o esquecimento deliberado. Essa transição teórica e prática evidencia que a atuação bibliotecária é um ato de resistência, especificamente quando associado a práticas de censura. Dessa forma, a ética profissional preconiza o livre acesso à informação e a diversidade cultural, o bibliotecário atua na contramão do silenciamento institucional da censura praticada durante 1964. Essa postura ética se materializa no desenvolvimento de acervos plurais, no acolhimento de memórias sub-representadas e no enfrentamento às tentativas de imposição de discursos unificados, consolidando a biblioteca como um território democrático de resistência social e preservação da história humana.

Sob essa perspectiva, a atuação política e ética do bibliotecário no Brasil consolida-se na tensão histórica entre os aparatos de censura estatal e o compromisso deontológico com a democratização do conhecimento. No contexto da Região Norte, onde o regime militar utilizou o controle informacional e a opacidade para difundir uma imagem idealizada da Amazônia e secundarizar as violações contra populações locais, a escassez de registros sobre a atuação das bibliotecas públicas locais levanta importantes hipóteses analíticas. A partir das evidências

registradas em âmbito nacional, inferem-se os caminhos pelos quais a resistência informacional e a salvaguarda de acervos podem ter operado na região. No cenário contemporâneo, esse papel político ressignifica-se na urgência de investigar a memória social amazônica e combater o apagamento histórico, garantindo que as vozes de comunidades da fronteira do país venham a integrar o patrimônio documental nacional.

Nesse contexto, a CI se estabelece como um campo estratégico para o direito à verdade e o combate ao esquecimento institucionalizado. O bibliotecário, como profissional da informação, tem o dever ético de garantir o acesso aos registros das violações de direitos humanos, agindo como uma ponte entre o passado traumático e a construção de um futuro democrático. Preservar essas biografias e trajetórias de resistência não é apenas um ato de recuperação histórica, mas uma forma de reparação social que quebra o silêncio imposto pelo autoritarismo. Portanto, a memória profissional é um instrumento vital para a justiça de transição e para a defesa contínua do direito ao saber.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, a produção científica sobre os mecanismos de controle e censura e as estratégias de preservação da memória em bibliotecas públicas da Região Norte do Brasil durante o Regime Civil-Militar (1964-1985).

Nessa perspectiva, a partir da análise histórica e teórica realizada, a pesquisa evidenciou a necessidade de discutir o mito da neutralidade técnica na Biblioteconomia brasileira. Os dados e trajetórias examinados demonstram que a atuação profissional e a configuração dos acervos estão intrinsecamente ligadas às forças políticas de cada época. Sob essa ótica, destaca-se o papel desempenhado pelo bibliotecário durante o período de repressão intelectual e cultural, atuando na preservação da memória social e na salvaguarda do conhecimento contra distorções historiográficas.

Os resultados obtidos mostraram, também, que as tensões entre a seleção de materiais e a censura institucionalizada não se restringem ao período da ditadura militar, mas manifestam-se na contemporaneidade. Ao articular os estudos sobre as práticas repressivas de 1964 com as ofensivas recentes a acervos literários, observadas em controvérsias registradas no Brasil entre 2018 e 2024, percebe-se que o cerceamento de materiais permanece como um fenômeno recorrente que demanda debate continuado. Diante disso, cabe aos profissionais da informação

a manutenção de uma postura deontológica em defesa dos princípios democráticos e do acesso à memória.

Ademais, vale ressaltar o principal achado deste estudo: a constatação de uma expressiva lacuna na literatura da Ciência da Informação (CI) no que tange à Região Norte. Embora o regime autoritário tenha utilizado a opacidade informacional sobre a Amazônia, a ausência de estudos empíricos que documentem a atuação das bibliotecas nortistas impede a consolidação dessa memória institucional. Assim, sobressai a urgência de investigações que analisem se e como as práticas de resistência bibliotecária operaram no contexto amazônico, evitando o prolongamento desse apagamento historiográfico.

Como contribuição, a pesquisa oferece subsídios para a Biblioteconomia e a CI ao fortalecer uma reflexão crítica que afasta a profissão de uma visão puramente mecanicista, conferindo fundamentação teórica sobre a dimensão ética e política das práticas técnicas. Em paralelo, o trabalho reforça a importância de descentralizar as narrativas históricas tradicionais, colocando as especificidades da Região Norte no centro do debate sobre controle informacional e produção científica.

No âmbito social, a pesquisa consolida-se como recurso analítico para as discussões sobre justiça de transição e direitos humanos, oferecendo parâmetros teóricos para a atuação do bibliotecário como mediador contra o esquecimento deliberado e reafirmando as bibliotecas públicas como espaços indissociáveis da liberdade intelectual.

É importante ressaltar que as reflexões propostas não pretendem esgotar a complexidade das relações entre a CI e a censura. A limitação central do estudo reside na ausência, no corpus pesquisado, de artigos focados na atuação direta das bibliotecas públicas da Região Norte durante o período repressivo. Tal constatação evidencia um hiato relevante para a história da biblioteconomia regional, exigindo novas pesquisas documentais e de história oral.

Por fim, o estudo reitera que a atuação do bibliotecário ultrapassa a dimensão tecnicista e a pretensa neutralidade sobre os suportes documentais, consolidando o profissional como um agente dotado de responsabilidade social. Perante as reconfigurações históricas da censura, a biblioteca pública e os profissionais da informação posicionam-se como elementos centrais na salvaguarda da memória coletiva e na garantia do livre acesso à informação.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Top 10 most challenged books lists.** ALA, Chicago, 2022. Disponível em:

<https://www.ala.org/advocacy/bbooks/frequentlychallengedbooks/top10>. Acesso em: 20 feb. 2026.

ALTMAYER, J. **O direito ao esquecimento e o direito à memória coletiva**: parâmetros para a sua aplicação. Rio Grande do Sul, 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, J. D'A.. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 26, n. 3, p. 588-604, set./dez. 2022. Disponível em:

file:///C:/Users/Dayane/Downloads/Consideraes_sobre_a_anlise_dos_jornais_como_fontes_historicas_na_sua_perspec%20(1).pdf. Acesso em: 12 fev. 2026

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 02 mar. 2026.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Seção 1, p. 59. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view> Acesso em: 02 mar. 2026.

CORDEIRO, J. V. F. **A censura dentro das bibliotecas públicas: Posicionamento crítico e político do bibliotecário diante das religiões de matrizes africanas**. 2024. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Departamento de Biblioteconomia. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/22611> Acesso em: 08 dez. 2025.

GÓES, P. da S.; BARI, V. A. A leitura é um perigo para quem?: censura no período da ditadura militar e seus reflexos na atualidade. **Biblionline**, v. 17, n. 1, p. 3–17, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4775.2021v17n1.58026. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/58026>. Acesso em: 20 mar. 2026.

FLOR, T. de O. et al. Revisões de literatura como métodos de pesquisa: aproximações e divergências. **Anais do VI CONAPESC...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/76913>>. Acesso em: 17 fev. 2026.

FREITAS, M. A. de; SILVA, V. B. da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** Campinas, SP, v. 12 n.1 p. 123-146, 2014. Disponível em: <https://desenvolvimento.funarte.gov.br/7/tainacan/periodicos/bibliotecas-publicas-brasileiras-panorama-e-perspectivasbibliotecas-publicas-brasileiras-panorama-e-perspectivas/>. Acesso em: 08 jan. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HORTENCIO, A. D.; ZAFALON, Z. R. A presença da ditadura militar no Brasil no campo da ciência da informação. **Revista EDICIC**, v. 5, n. 1, 2025.

IGREJA, P. R. da. Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil. **Ensaio Geral**, n. 1, p. 119-143, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47046>. Acesso em: 20 mar. 2026.

LEITÃO, B. J. M. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**: uma reflexão. 2010. 228 f. il. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, M. H. T. de F.; LIMA, K. P. de. A ordem dos livros censurados: ainda os efeitos de 64 nas coleções de bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Bahia. **Anais [...]**. Bahia: ANCIB, 2016. p. 1-14. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/253999>. Acesso em: 20 mar. 2026.

MARTINS, A. A. L.; BARRADAS, J. S. Bibliotecários, censura e os novos mediadores. **Em Questão**, v. 29, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/ggMgXJkZcHjqwkwV5NDH8n/?lang=pt>. Acesso em : 12 fev. 2025.

MONSANI, D. *et al.* Bibliotecas sem acervo: os movimentos neoconservadores e a perseguição aos livros. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 30, n. 1, 2025. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2204>. Acesso em: 20 mar. 2026.

OLIVEIRA, A. N. de; CASTRO, J. L. de. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, p. 31–50, 2017. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/2837>. Acesso em: 13 abr. 2026.

PORTO, L. N. de S.; THIESEN, I. Bibliotecários na resistência à ditadura: entre lembranças e esquecimentos. **Informação@Profissões**, v. 10, n. 2, p. 89–107, 2021. DOI: 10.5433/2317-4390.2021v10n2p89. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/44478>. Acesso em: 20 mar. 2026.

PORTO, L. N. S.; FROTA, M. G. C. Memória e biografias da resistência na biblioteconomia: documentos e testemunhos. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 10, n., 2025.

ROCHA, L. A.; COSTA, M. P. da. Acervo da vergonha: censura e resistência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1758>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SALCEDO, D.; COSTA, L. A. M. Rosas de chumbo: da censura ao acesso informacional de documentos sigilosos na ditadura brasileira. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 284-313, 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28006/24186>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SILVEIRA, J.P. B da; ANDRETTA, P.I.S. As formas de resistência à censura aos livros na atualidade. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S.L.], v. 28, n. , p. 1-29, 5 maio 2023. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e90814>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/147/14775597009/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/JJCz6RKQhDZNGG6yVdL9pQP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2026

VELOSO, T. P. **Leituras indigestas**: a censura literária no Brasil contemporâneo (2018-2024) e as frentes de resistência profissional e institucional. Orientadora: Marlise Maria Giovanaz. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/298056#>. Acesso em: 20 mar. 2026.

VERGUEIRO, W. de C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26, jan./jun. 1987.

VERGUEIRO, W. de C. S. Seleção e censura de materiais. In: VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989. p. 55-62. (Coleção Palavra-chave, 1).

VIANA, R. T.; MURIEL-TORRADO, E.; PRADO, J. M. K. do. Páginas proibidas: censura de livros no brasil. **Em Questão**, v. 30, p. 1-26, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/S4FMzsSS6Ytx5x3x7Djd3QJ/?lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2025.